



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI

Processo: 08027260620208180140

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, já devidamente qualificado nos autos, inconformada, *data máxima vênia*, com a R. Decisão proferida nos autos da **Ação de Cobrança de Seguro DPVAT**, que lhe promove **que lhe promove KENALDE REINALDO DO NASCIMENTO SILVA**, em atendimento ao despacho publicado de fls. vem pronunciar-se a respeito dos honorários periciais ora em debate.

Inicialmente destaca-se a aplicabilidade da Súmula 474 do Superior Tribunal de Justiça, a qual preconiza que a indenização do seguro DPVAT em caso de invalidez parcial do beneficiário será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.

**NO QUE TANGE A PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO JUDICIAL, A DE SE NOTAR QUE A NUMERAÇÃO DO PROCESSO ESTA DIVERGENTE COM O DA AÇÃO, SENDO A NUMERAÇÃO CORRETA 08027260620208180140.**

The screenshot displays the PJe interface. The top bar shows the process number 'ProceComCiv 0802726-06.2020.8.18.0140' and the parties 'KENALDE REINALDO DO NASCIMENTO SILVA X SEGURADORA LIDER DOS CONSO...'. The main area shows a petition titled '13030902 - Petição (Kenalde Reinaldo Do Nascimento Silva X PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS)' filed by RAIMUNDO NONATO LEAL MARTINS on 10/11/2020. A sidebar on the left lists other documents, including 'JUNTADA DE PETIÇÃO DE PETIÇÃO' and 'EXPEDIÇÃO DE OUTROS DOCUMENTOS'. The main document is a medical expert report from Dr. Raimundo Nonato Leal Martins, a specialist in Medical Law and Medical Pericias, dated 19 de 19. The report is addressed to the Honorable Judge of the 3rd Civil Chamber of the Comarca de Teresina - Piauí, regarding process number 0832730-60.2019.8.18.0140, with Kenalde Reinaldo do Nascimento Silva as the author and Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais as the defendant. The expert, Raimundo Nonato Leal Martins, is a medical graduate in Medicine.

**DESTA FORMA, REQUER A CORREÇÃO DA NUMERAÇÃO DIVERGENTE, PARA QUE NÃO ERROS EM POSTERIOR PERICIA JUDICIAL.**

Cabe informar que a Lei prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta.

Além disso, a Lei 11.945/09 culminada com a Lei 6.194/74, não torna a perícia médica complexa, pelo contrário, facilita o trabalho do perito, cabendo ao mesmo, apenas apontar a debilidade da vítima e graduá-la de acordo com os ditames legais.

Visando dirimir as dúvidas existentes quanto ao grau de invalidez, o Tribunal de Justiça deste Estado e a Seguradora Líder firmaram um convênio prevendo que em todas as ações envolvendo sinistro com cobertura do Seguro DPVAT, independente de qual seja a Seguradora demandada, o magistrado indicará perito de sua confiança, ficando facultada às partes a indicação de assistentes técnicos para acompanhamento das avaliações médicas.

Não obstante, todas as perícias realizadas serão pagas pela Seguradora Líder a um valor fixo de **R\$200,00 (Duzentos reais)**, independentemente do resultado, devendo a Seguradora ser devidamente intimada a efetuar o pagamento em até 15(quinze) dias a contar da realização da perícia.

Deste modo, requer que Vossa Excelência se digne arbitrado os honorários periciais no valor não superior a **R\$200,00 (Duzentos reais)**, conforme o convênio de cooperação institucional supramencionado, e que seja retificado a numeração do processo que encontra-se de maneira errônea na petição de manifestação do perito.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

TERESINA, 19 de novembro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PI 10201**

**EDNAN SOARES COUTINHO**  
**1841 - OAB/PI**